GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 165/2002 de 24 de Outubro

Considerando que o aumento de tráfego de passageiros e carga, verificado nos últimos anos no Aeródromo das Flores, exige novos requisitos de segurança;

Considerando que as actuais infra-estruturas da mencionada aerogare não proporcionam um serviço de qualidade e bem estar aos passageiros;

Considerando que tais condicionalismos suscitam a necessidade de remodelação do edifício em causa; Considerando que pela cláusula 18.ª do Contrato de Concessão da Exploração dos Aeródromos do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge, e Aerogare das Flores, a SATA – Air Açores – Serviço Açoreano de Transportes Aéreos, SA, é a entidade responsável pela proposta de construção de novas infra-estruturas, fundamentada em critérios de gestão de tipo empresarial, cujos projectos de execução são da responsabilidade da Região;

Considerando que a Sata Air Açores irá apresentar uma candidatura do projecto ao Prodesa – Programa de Desenvolvimento Económico e Social dos Açores.

Assim, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelas alíneas b) e z) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea e) do n.º 1 do artigo 10.º e do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2002/A, de 11 de Janeiro, dos artigos 4.º, 27.º e do n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e dos artigos 47.º, 48.º, n.º 1 e n.º 2 alínea a), 59.º, 60.º e 62.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, o Governo Regional resolve o seguinte:

1. Autorizar a SATA – Air Açores – Serviços Açoreano de Transportes Aéreos, SA, a lançar concurso público, com vista à adjudicação da empreitada de remodelação e ampliação da Aerogare da ilha das Flores, pelo valor estimado de 1.200.000,00 , com exclusão do IVA.

2. Delegar competências no Secretário Regional da Economia, com poderes de subdelegação, para aprovar o processo de concurso, bem como praticar todos os restantes actos atinentes a este procedimento que nos termos da lei sejam cometidos à entidade adjudicante, com excepção da adjudicação;

3. A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Santa Cruz das Flores, 18 de Setembro de 2002. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.